



Resenha

Direitos das mulheres no início da URSS: um experimento revolucionário

Ester Rizzi

Mestre e doutoranda pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Professora da Faculdade Cásper Líbero e da Universidade Presbiteriana Mackenzie

E-mail: egrizzi@casperlibero.edu.br

GOLDMAN, Wendy

*Mulher, Estado e Revolução:
política familiar e vida social
soviéticas entre 1917 e 1936*

Trad. Natália Angyalossy Alfonso.

São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

Por que estudar história? Que interesse é esse pelos que já estiveram aqui — e, na maior parte das vezes, não estão mais? Investigar como outros seres humanos — estrangidos por diferentes estruturas econômicas, políticas e sociais —, resolveram ou enfrentaram seus problemas nos impele para a reflexão sobre nossa própria época e nossas soluções. Saber o que e o quanto poderíamos ser e fazer diferente é um grande aprendizado, contra nossa errada impressão, fundada no senso comum, de que “sempre foi assim e, portanto, sempre assim será”.

O livro **Mulher, Estado e Revolução** de Wendy Goldman, publicado em 2014 pela Boitempo, tem esta qualidade: instiga e intriga. Leva-nos, a partir de um momento histórico determinado, à reflexão geral sobre os avanços e retrocessos vividos pela luta feminista em defesa dos direitos da mulher no último século — e sobre os diferentes caminhos que poderia ter tomado. Ao apresentar a perspectiva socialista de emancipação feminina e os entraves que encontrou na realidade russa pós-revolucionária, o livro oferece diversos elementos para refletir sobre a situação das mulheres hoje, no Brasil de 2015 e no resto do mundo.

O início da União Soviética foi marcado por propostas que tinham por objetivo modificar toda a organização social existente até então. Além da extinção da propriedade privada dos meios de produção, desejava-se revolucionar também a vida privada. Casamentos e a própria instituição familiar eram considerados estruturas burguesas voltadas à manutenção de propriedades. Tais instituições, segundo esse raciocínio, se tornariam obsoletas em pouco tempo de prática comunista. Quando a criação de filhos fosse socializada, juntamente com outros trabalhos domésticos, como alimentação e a limpeza das roupas; e quando a manutenção do patrimônio familiar por meio da transmissão por herança fosse abolida, não haveria razões econômicas e práticas para que um casal se mantivesse unido. Apenas o afeto seria critério para união — e separação — de casais. Assim, o divórcio, antes proibido, passou a ser legal em 1918 e ter seus procedimentos cada vez mais simplificados.

Um ponto central da obra é resumido logo no início do livro: “*Ao contrário das feministas modernas, que defendem a redistribuição das tarefas modernas dentro da família, aumentando a porção do homem nas responsabilidades domésticas, os teóricos bolcheviques buscavam transferir o trabalho doméstico para a esfera pública.*” (p. 24) O texto passa então a narrar as principais propostas para a emancipação feminina no início da União Soviética: creches e escolas em período integral; refeitórios coletivos; lavanderias públicas e ateliês de costura para reparo de roupas foram algumas instituições criadas e ampliadas para garantir a participação da mulher na vida pública da sociedade.

O contexto desse debate do início do século XX — tanto na URSS quanto no resto da Europa — era claro: as mulheres haviam entrado definitivamente no mercado de trabalho. Na Rússia, afirmava-se ainda a importância de que elas ocupas-

sem outros espaços: principalmente a participação nas decisões e na vida política da fábrica e do país. O horizonte revolucionário era de aprofundamento da democracia e as mulheres tinham um papel central a desempenhar. Para isso, não poderiam estar presas às trabalhosas tarefas domésticas, que deveriam ser socializadas.

Em paralelo, estava difundida a crença de que a sociedade poderia arcar coletivamente com o cuidado das crianças, em um claro elogio do público em detrimento do privado. Tal convicção está presente no primeiro Código Civil pós-revolução, de 1918, que impede a adoção de crianças órfãs. Vale lembrar que eram muitas crianças nessa condição, já que o país havia participado de diversos conflitos armados, tanto na Primeira Guerra Mundial quanto durante a própria revolução. Além do embate ideológico entre público e privado, havia uma preocupação prática que motivava a medida: impedir que as crianças adotadas fossem usadas como mão de obra não remunerada, principalmente em áreas rurais, que concentravam boa parte da população russa.

Se a presença da mulher no mercado de trabalho nos aproxima da realidade russa do início do século, a forma de valorizar o público e o privado muito nos diferencia. Não à toa, os feminismos que floresceram em sociedades marcadas pela valorização do privado e em sociedades marcadas pela valorização do público geraram propostas bastante distintas para a garantia dos direitos das mulheres.

O livro de Wendy Goldman relata como os debates teóricos e nos altos escalões do governo revolucionário era bastante avançado na defesa dos direitos das mulheres. Passados alguns anos, porém, a realidade russa de desemprego, fome, recessão e abandono de mulheres não permitia otimismo. Muitas propostas que a princípio pareciam emancipadoras, como a facilitação do divórcio, acabaram por se mostrar cruéis. Em momentos de crise, as mulheres eram as primeiras a ser demitidas e as últimas a ser recontratadas. Mulheres recebiam salários menores mesmo que desempenhassem a mesma função e, como na média possuíam menos escolarização formal, também ocupavam os piores postos de trabalho. A fragilidade econômica se acentuava sem o núcleo familiar estável: muitas mulheres foram deixadas, frequentemente com filhos, sem que os homens se corresponsabilizassem financeiramente pela subsistência dos membros de sua antiga família. As mulheres ficaram sem a igualdade no mercado de trabalho e sem a parte do salário de seus companheiros que permitia a sobrevivência conjunta.

Para outras políticas, faltava dinheiro público: creches, orfanatos e refeitórios deixaram de ser prioridade governamental no momento de crise econômica. Sua ausência prejudicava direta e principalmente as mulheres. Uma consequência da imensa orfandade causada pelos conflitos armados e da falta de capacidade econômica das mulheres para sustentar sozinhas suas famílias foram as milhares de crianças que viviam – e morriam – nas ruas, abandonadas à própria sorte. O livro relata que essas mesmas crianças aumentavam os

índices de criminalidade urbana. O Estado foi incapaz, naquele momento, de cuidar delas.

Código Civil de 1918, de 1927 e de 1936; mudanças no Código Penal. Divórcio e aborto legalizados; pensão alimentícia discutida e garantida (mas não eficazmente implementada); proibição da adoção; facilitação do procedimento de divórcio; autorização da adoção; proibição do aborto; dificuldades para obter o divórcio e elogio da estrutura familiar: essas são algumas das muitas alterações legais do período. A história dos direitos das mulheres está entrelaçada com a história das mudanças legislativas no início da União Soviética. Em um primeiro momento, as modificações foram formuladas a partir de amplos e acirrados debates; depois, houve decisões legislativas bem menos democráticas. A história dos direitos acompanha também a história política daquele experimento. Desse emaranhado surge uma questão bastante relevante: qual o papel do direito em tempos de transformação social? Especialmente relevante saber a resposta quando boa parte dos teóricos da época previam o fim do direito e do Estado em uma sociedade comunista; e quando boa parte dos teóricos de esquerda, até hoje, desprezam o papel do direito. A autora não mergulha na questão, mas oferece elementos históricos ricos para essa linha de análise.

Mais do que reconstituir passo a passo os fatos passados, entender essa história indica importantes caminhos de reflexão sobre o presente. Relações entre público e privado; pautas prioritárias do movimento feminista – afinal de contas, por quais direitos devemos lutar? – e o papel que o próprio direito pode assumir para promover transformações sociais são algumas das reflexões cruciais que emergem da análise de Wendy Goldman. Escrevo, quando o centenário da Revolução Russa se aproxima. O livro *Mulher, Estado e Revolução* nos mostra que, passado um século, aquele momento de experimentação ainda tem muito a ensinar.